



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

31 de dezembro de 2019 e 2018

com Relatório dos Auditores Independentes
e Relatório da Administração



Índice

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO -----	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO -----	9
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO) -----	10
BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO) -----	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO -----	12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO -----	13
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11) -----	14
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO -----	15
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -----	16
NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL -----	16
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -----	16
NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS -----	16
NOTA 04 - CONTAS A RECEBER -----	19
NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE) -----	19
NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE) -----	20
NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE) -----	21
NOTA 08 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE) -----	21
NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO -----	21
NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS -----	21
NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO -----	21
NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS -----	21
NOTA 13 - RECEITAS -----	22
NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS -----	22
NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO -----	22
NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS -----	23
NOTA 17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA -----	23
NOTA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS -----	23
NOTA 19 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS) -----	23
NOTA 20 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO -----	24
NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA -----	25
NOTA 22 - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR -----	26
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -----	27
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO -----	30

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2019 e 2018



DADOS DA INSTITUIÇÃO

Sede Matriz:

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

CNPJ 76.726.884/0001-28

Rua João Carlos de Souza Castro, 82 – Guabirota – Curitiba / PR

Sedes Administrativas:

Sede Administrativa Região Central Paranaense

CNPJ 76.726.884/0123-04

Rua Deputado João Ferreira Neves, 159 – Vista Alegre – Curitiba / PR

Sede Administrativa Região Sul Paranaense

CNPJ 76.726.884/0052-78

Avenida Senador Salgado Filho, 5280 – Uberaba – Curitiba / PR

Sede Administrativa Região Norte Paranaense

CNPJ 76.726.884/0119-10

Avenida Carlos Correia Borges, 1336 – Jardim Iguazu – Maringá / PR

Sede Administrativa Região Oeste Paranaense

CNPJ 76.726.884/0066-73

Rua Nereu Ramos, 2364 – Centro – Cascavel / PR

Sede Administrativa Região Sul Catarinense

CNPJ 76.726.884/0059-44

Rua Gisela, 900 Barreiros – São José / SC

Sede Administrativa Região Norte Catarinense

CNPJ 76.726.884.0126/49

Rua Joaçaba, 355 – Saguazu – Joinville / SC

Internatos:

Instituto Adventista Paranaense

CNPJ 76.726.884/0003-90

Gleba Paissandu, Lote 80 – Zona Rural – Ivatuba / PR

Instituto Adventista de Educação de Santa Catarina

CNPJ 76.726.884/0044-68

Rodovia BR 101, Km 64 – Corveta – Araquari / SC

Faculdade:

Faculdade Adventista Paranaense

CNPJ 76.726.884/0124-87

Gleba Paissandu, Lote 80 – Zona Rural – Ivatuba / PR

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2019 e 2018



Unidades Escolares:

Colégio Adventista do Alto Boqueirão

CNPJ 76.726.884/0055-10

Rua Bom Pastor, 606 – Alto Boqueirão – Curitiba / PR

Colégio Adventista Curitibano do Bom Retiro

CNPJ 76.726.884/0053-59

Rua Lysimaco Ferreira da Costa, 980 – Bom Retiro – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Centenário

CNPJ 76.726.884/0067-54

Rua Argélia, 85 – Cajuru – Curitiba / PR

Colégio Adventista de Telêmaco Borba

CNPJ 76.726.884/0031-43

Rua Professor Ney de Oliveira Pimenta, 84 – Centro – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Boa Vista

CNPJ 76.726.884/0057-82

Rua Fernando de Noronha, 470 – Santa Cândida – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Boqueirão

CNPJ 76.726.884/0015-23

Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 2218 – Boqueirão – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Portão

CNPJ 76.726.884/0016-04

Rua Maranhã, 06 – Portão – Curitiba / PR

Colégio Adventista de Campo Mourão

CNPJ 76.726.884/0010-19

Rua Roberto Brzezinski, 1509 – Centro – Campo Mourão / PR

Colégio Adventista de Cascavel

CNPJ 76.726.884/0011-08

Rua Pernambuco, 343 – Centro – Cascavel / PR

Colégio Adventista de Foz do Iguaçu

CNPJ 76.726.884/0048-91

Avenida República Argentina, 530 – Centro – Foz do Iguaçu / PR

Colégio Adventista de Guarapuava

CNPJ 76.726.884/0021-71

Rua Conego Braga, 1250 – Centro – Guarapuava / PR

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2019 e 2018



Colégio Adventista de Londrina

CNPJ 76.726.884/0024-14

Avenida Universo, 184 – Jardim Shangri-la – Londrina / PR

Colégio Adventista de Maringá Zona 4

CNPJ 76.726.884/0025-03

Rua Luiz Gama, 818 – Zona 4 – Maringá / PR

Colégio Adventista de Paranaguá

CNPJ 76.726.884/0026-86

Rua Arthur Bernardes, 239 – Alvorada – Paranaguá / PR

Colégio Adventista de São José dos Pinhais

CNPJ 76.726.884/0058-63

Rua Margarida de Araújo Franco, 1916 – Centro – São José dos Pinhais / PR

Colégio Adventista de Pinhais

CNPJ 76.726.884/0128-00

Rua América do Sul, 617 – Centro – Pinhas / PR

Colégio Adventista de Florianópolis Centro

CNPJ 76.726.884/0095-08

Rua Visconde de Ouro Preto, 347 – Centro – Florianópolis / SC

Colégio Adventista de Florianópolis Estreito

CNPJ 76.726.884/0101-90

Rua Dom Daniel Hostin, 129 – Jardim Atlântico – Florianópolis / SC

Colégio Adventista de Indaial

CNPJ 76.726.884/0102-71

Rua Expedicionário Hercílio Gonçalves, 233 – Nações – Indaial / SC

Colégio Adventista de Itajaí

CNPJ 76.726.884/0086-17

Rua Brusque, 228 – Centro – Itajaí / SC

Colégio Adventista de Joinville Saguazu

CNPJ 76.726.884/0087-06

Rua Casemiro de Abreu, 100 – Saguazu – Joinville / SC

Colégio Adventista de São Francisco do Sul

CNPJ 76.726.884/0090-01

Rua Augusto Afonso dos Santos, 2 – Centro – São Francisco do Sul / SC

Escola Adventista Afonso Pena

CNPJ 76.726.884/0130-25

Rua Almirante Alexandrino, 1712 – Afonso Pena – São José dos Pinhais / PR

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2019 e 2018



Escola Adventista de Apucarana

CNPJ 76.726.884/0006-32

Avenida Munhoz da Rocha, 1925 – Centro – Apucarana / PR

Escola Adventista de Araucária

CNPJ 76.726.884/0042-04

Rua Rodolfo Hasselmann, 120 – Centro – Curitiba / PR

Escola Adventista de Castro

CNPJ 76.726.884/0012-80

Rua Princesa Isabel, 526 – Centro – Castro / PR

Escola Adventista de Cianorte

CNPJ 76.726.884/0039-09

Avenida América, 4923 – Zona 2 – Cianorte / PR

Escola Adventista de Criciúma

CNPJ 76.726.884/0132-97

Rua General Osório, 528 – Santa Barbara – Criciúma / SC

Escola Adventista de Goioerê

CNPJ 76.726.884/0019-57

Avenida Libertadores da América, 101 – Centro – Goioerê / PR

Escola Adventista de Guaíra

CNPJ 76.726.884/0020-90

Rua Bandeirantes, 1705 – Centro – Guaíra / PR

Escola Adventista de Maringá Zona 7

CNPJ 76.726.884/0117-58

Rua Marechal Floriano Peixoto, 768 – Zona 7 – Maringá / PR

Escola Adventista de Ponta Grossa

CNPJ 76.726.884/0028-48

Rua Tiradentes, 500 – Centro – Ponta Grossa / PR

Escola Adventista de Santa Efigênia

CNPJ 76.726.884/0060-88

Rua Guilherme Butler, 792 – Santa Efigênia – Curitiba / PR

Escola Adventista de Toledo

CNPJ 76.726.884/0131-06

Rua Uruguai, 953 – Jardim Gisela – Toledo / PR

Escola Adventista de Umuarama

CNPJ 76.726.884/0033-05

Rua José Antônio Teixeira D'Avila, 3667 – Centro – Umuarama / PR



Dados da Instituição

31 de dezembro de 2019 e 2018

Escola Adventista de Vista Alegre

CNPJ 76.726.884/0017-95

Rua Vereador Antenor Pamphillo dos Santos, 269 – Vista Alegre – Curitiba / PR

Escola Adventista Fazenda Rio Grande

CNPJ 76.726.884/0129-91

Avenida Brasil, 1677 – Eucaliptos – Fazenda Rio Grande / PR

Escola Adventista Guaraqueçaba

CNPJ 76.726.884/0112-43

Rua Superagui, 214 – Centro – Guaraqueçaba / PR

Escola Adventista União da Vitória

CNPJ 76.726.884/0034-96

Rua Paraná, 319 – Centro – União da Vitória / PR

Escola Adventista de Blumenau

CNPJ 76.726.884/0082-93

Rua Alwin Schrader, 966 – Ribeirão Fresco – Blumenau / SC

Escola Adventista de Bom Retiro

CNPJ 76.726.884/0083-74

Avenida Henrique Eduardo Boell, 87 – Centro – Bom Retiro / SC

Escola Adventista de Imbituba

CNPJ 76.726.884/0093-46

Avenida Santa Catarina, 447 – Centro – Imbituba / SC

Escola Adventista de Joinville Bom Retiro

CNPJ 76.726.884/0097-70

Rua Nova Trento, 240 – Bom Retiro – Joinville / SC

Escola Adventista de Joinville Centro

CNPJ 76.726.884/0099-31

Rua Rio do Sul, 288 – Bucarein – Joinville / SC

Escola Adventista de Joinville Costa e Silva

CNPJ 76.726.884/0105-14

Avenida Jutta W G Wendel, 194 – Costa e Silva – Joinville / SC

Escola Adventista de Rio do Sul

CNPJ 76.726.884/0089-60

Rua Presidente Kennedy, 336 – Centro – Rio do Sul / SC

Escola Adventista de Tubarão

CNPJ 76.726.884/0091-84

Avenida Pedro Zapelini, 1495 – Santo Antônio de Pádua – Tubarão / SC

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2019 e 2018



Centros de Treinamento:

Centro Adventista de Treinamento e Recreação Foz do Iguaçu

CNPJ 76.726.884/0040-34

Rodovia das Cataratas, KM 6 – Vila Yolanda – Foz do Iguaçu / PR

Centro Adventista de Treinamento e Recreação Celso Ramos

CNPJ 76.726.884/0107-86

Rua dos Recantos, 664 – Palmas – Governador Celso Ramos / SC

Centro Adventista de Treinamento e Recreação São Luiz do Purunã

CNPJ 76.726.884/0127-20

Rua Vereador João Bertoja Filho, 983 – São Luiz do Purunã – Balsa Nova / PR



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



Marlinton Souza Lopes
Presidente



Charles Edson Rampanelli
Diretor



Volnei Porto
Administrador



Arnaldo Andrade de Oliveira Lana
Contador
CRC/RS 050929/O-5 T-PR



BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total		392.739.398	332.012.764
1.01	Ativo Circulante	03.1	38.069.882	41.653.361
1.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	03.3	12.127.381	19.953.453
1.01.01.01	Caixa		60.867	60.426
1.01.01.02	Banco Conta Movimento		3.523.124	3.364.107
1.01.01.03	Banco Conta Aplicações		8.543.390	16.528.920
1.01.02	Contas a Receber	03.4 e 4	19.370.283	16.262.997
1.01.02.01	Clientes		1.005.939	606.922
1.01.02.02	Serviços Educacionais a Receber		28.015.520	23.889.806
1.01.02.03	Adiantamentos a Pessoal		2.888.944	2.791.148
1.01.02.04	Entidades Congêneres a Receber		4.035.637	1.446.244
1.01.02.05	Impostos a Recuperar		15.923	15.545
1.01.02.06	Outros Créditos		4.413.956	4.096.191
1.01.02.07	(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	03.5	-21.005.636	-16.582.858
1.01.03	Estoques	03.6	550.214	384.972
1.01.03.01	Materiais de Consumo		550.214	384.972
1.01.04	Despesas Antecipadas		6.022.004	5.051.938
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	03.7	6.022.004	5.051.938
1.02	Ativo Não Circulante	03.1	354.669.516	290.359.403
1.02.01	Realizável a Longo Prazo		234.429	310.746
1.02.01.01	Adiantamentos a Pessoal a Longo Prazo		0	59.575
1.02.01.02	Outros Créditos a Longo Prazo		234.429	251.171
1.02.02	Imobilizado	03.8 e 06	354.331.305	289.995.348
1.02.02.01	Bens em Formação		83.999.197	64.480.684
1.02.02.02	Terrenos		59.373.073	57.323.565
1.02.02.03	Edifícios e Benfeitorias		250.907.622	205.044.855
1.02.02.04	Instalações		2.645.058	2.143.506
1.02.02.05	Móveis e Utensílios		26.389.299	21.814.891
1.02.02.06	Máquinas e Equipamentos		33.222.631	28.590.708
1.02.02.07	Veículos		791.634	656.439
1.02.02.08	Outros Imobilizados		2.849.682	700.537
1.02.02.09	(-) Depreciação Acumulada		-105.846.890	-90.759.837
1.02.03	Intangível	06	103.781	53.309
1.02.03.01	Direitos de Uso de Softwares		460.479	364.846
1.02.03.02	(-) Amortização Acumulada		-356.698	-311.537

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total		392.739.398	332.012.764
2.01	Passivo Circulante	03.1	50.523.173	33.261.776
2.01.01	Contas a Pagar	07	32.424.064	14.156.632
2.01.01.01	Fornecedores de Materiais e Serviços		9.604.824	3.213.444
2.01.01.02	Obrigações Tributárias		66.175	47.318
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas		3.085.451	2.489.282
2.01.01.04	Obrigações com Empregados		5.351.339	4.710.282
2.01.01.05	Entidades Congêneres a Pagar		13.700.298	2.991.719
2.01.01.06	Outras Contas a Pagar		615.977	704.586
2.01.02	Provisões	03.10 e 12	3.916.418	4.480.588
2.01.02.01	Provisões Trabalhistas		2.911.912	3.022.212
2.01.02.02	Provisões Judiciais e Cíveis		579.506	638.287
2.01.02.03	Provisões para Contingências		425.000	820.090
2.01.03	Fundos em Confiança		134.275	99.531
2.01.03.01	Fundos em Confiança		134.275	99.531
2.01.04	Receitas Antecipadas		14.048.416	14.525.025
2.01.04.01	Adiantamento de Clientes		14.048.416	14.525.025
2.02	Passivo Não Circulante	03.1	10.207.992	3.385.000
2.02.01	Exigível a Longo Prazo		10.207.992	3.385.000
2.02.01.01	Entidades Congêneres a Longo Prazo		4.963.333	2.875.000
2.02.01.02	Outras Obrigações a Longo Prazo		5.244.659	510.000
2.03	Patrimônio Líquido	09	332.008.233	295.365.988
2.03.01	Patrimônio Social		332.008.233	295.365.988
2.03.01.01	Patrimônio Social		331.374.470	294.892.804
2.03.01.02	Ajuste de Avaliação Patrimonial		3	0
2.03.01.03	Reservas Alocadas		633.760	473.185
	Transferências		0	0
	Transferências Internas		0	0
	Transferências Recebidas		222.083.461	165.892.215
	(-) Transferências Remetidas		-222.083.461	-165.892.215

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeira



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
3.01	Receitas Operacionais Bruta Educação	03.12 e 13	233.732.419	206.980.919
3.01.01	Receitas Bruta Serviços Educacionais		271.005.277	239.633.908
3.01.01.01	Serviços Educação Básica - Pagantes	13 a	207.851.222	181.609.211
3.01.01.02	Serviços Educação Básica - Dissídio Coletivo		11.190.039	8.721.648
3.01.01.03	Serviços Educação Básica - Bolsas 100%	13 b	33.541.343	31.786.873
3.01.01.04	Serviços Educação Básica - Bolsas 50%	13 b	18.422.672	17.516.176
3.01.02	(-) Deduções Receita Serviços Educacionais	13 c	-91.775.002	-82.458.287
3.01.02.01	Descontos Incondicionais Educação Básica		-27.832.185	-23.656.784
3.01.02.02	Bolsas Educação Básica – Dissídio Coletivo		-11.190.039	-8.721.648
3.01.02.03	Bolsas Educação Básica – 100%		-33.541.343	-31.786.873
3.01.02.04	Bolsas Educação Básica – 50%		-18.422.672	-17.516.176
3.01.02.05	Cancelamento de Serviços Recebidos		-89.239	-227.294
3.01.02.06	Outros Descontos		-699.523	-549.511
3.01.03	Receitas Bruta Serviços - Graduação		7.569.152	6.733.932
3.01.03.01	Serviços Graduação - Pagantes	13 a	5.159.288	4.787.805
3.01.03.02	Serviços Graduação - FIES		225.077	0
3.01.03.03	Serviços Graduação - PROUNI		238.072	513.162
3.01.03.04	Serviços Graduação - Bolsas 100%	13 b	1.260.012	1.177.552
3.01.03.05	Serviços Graduação - Bolsas 50%	13 b	686.703	255.413
3.01.04	(-) Deduções Receita Serviços - Graduação	13 c	-2.184.787	-3.046.893
3.01.04.01	Descontos Incondicionais Graduação		0	-1.100.766
3.01.04.02	Bolsas Graduação – PROUNI		-238.072	-513.162
3.01.04.03	Bolsas Graduação – 100%		-1.260.012	-1.177.552
3.01.04.04	Bolsas Graduação – 50%		-686.703	-255.413
3.01.05	Receitas Bruta Serviços – Pós-Graduação		940.002	423.478
3.01.05.01	Serviços Pós-Graduação - Pagantes		940.002	423.478
3.01.06	Receitas de Doações, Subvenções e Outras		48.177.777	45.694.782
3.01.06.01	Subvenções Não Governamental – Sem Restrição		9.289.080	8.073.386
3.01.06.02	Doações Recebidas – Sem Restrição		12.587.060	13.277.340
3.01.06.03	Outras Receitas Recorrentes		26.301.636	24.344.055
3.02	Resultado Bruto Educação		233.732.419	206.980.919
3.03	(-) Custos Despesas Operacionais Educação		-200.990.790	-182.413.471
3.03.01	(-) Custos e Despesas Operacionais		-200.990.790	-182.413.471
3.03.01.01	Despesas com Pessoal		-112.974.111	-100.891.312
3.03.01.02	Encargos Sociais e Previdenciários		-10.309.903	-9.180.312
3.03.01.03	Administrativas e Gerais		-24.489.567	-21.965.328
3.03.01.04	Despesas com Materiais		-8.445.132	-7.997.350
3.03.01.05	Conservação e Manutenção		-6.205.542	-6.221.161
3.03.01.06	Depreciação e Amortização		-12.636.037	-11.281.831
3.03.01.07	Despesas com Provisões		-5.870.579	-5.739.746
3.03.01.08	Encargos Tributários		-552.634	-438.348
3.03.01.09	Assistência, Treinamentos e Orientação Social Instituições		-19.507.285	-18.698.084
3.04	Resultado Líquido Educação		32.741.629	24.567.448



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
3.05	Resultado Atividades Sustentáveis		2.867.441	1.704.475
3.05.01	Receitas Atividades Sustentáveis		20.870.572	17.999.808
3.05.01.01	Receitas Pensionato Internato		20.370.026	16.570.178
3.05.01.02	Alojamentos e Hospedagens no Pensionato		16.970	1.020.796
3.05.01.03	Receita com Refeições no Pensionato		438.003	390.558
3.05.01.04	Receita com Aluguéis e Arrendamentos no Pensionato		45.573	18.276
3.05.02	(-) Deduções Receita Atividades Sustentáveis		-6.637.255	-6.502.771
3.05.02.01	Descontos Incondicionais Pensionato		-6.637.255	-6.502.771
3.05.03	(-) Custos e Despesas Atividades Sustentáveis		-11.365.876	-9.792.562
3.05.03.01	Despesas com Pessoal no Pensionato		-3.892.209	-3.189.546
3.05.03.02	Encargos Sociais e Previdenciários no Pensionato		-294.039	-249.810
3.05.03.03	Administrativas e Gerais no Pensionato		-160.354	-233.506
3.05.03.04	Despesas com Materiais no Pensionato		-4.636.347	-4.050.970
3.05.03.05	Conservação e Manutenção no Pensionato		-550.429	-472.795
3.05.03.06	Depreciação e Amortização no Pensionato		-1.628.684	-1.369.146
3.05.03.07	Encargos Tributários no Pensionato		-3	0
3.05.03.08	Assistência, Treinamentos e Orientação Social Instituições no Pensionato		-203.811	-226.789
3.06	Resultado Financeiro e Patrimonial		-1.224.236	259.703
3.06.01	Receitas e Despesas Financeiras		-2.511.682	-819.575
3.06.01.01	Receitas Financeiras		2.952.205	3.664.317
3.06.01.02	Despesas Financeiras		-5.463.887	-4.483.891
3.06.02	Receitas e Despesas Patrimoniais		1.287.446	1.079.277
3.06.02.01	Receitas Patrimoniais		1.342.360	1.304.695
3.06.02.02	Despesas Patrimoniais		-54.914	-225.418
3.07	Resultado Outras Receitas e Despesas		2.257.408	3.007.763
3.07.01	Outras Receitas e Despesas	14	2.257.408	3.007.763
3.07.01.01	Outras Receitas		3.129.306	5.857.165
3.07.01.02	Outras Despesas		-871.898	-2.849.402
3	Superávit do Exercício	15	36.642.241	29.539.389
	Transferências		0	0
	Transferências Internas		0	0
	Transferências Recebidas.		324.797.115	187.764.717
	(-) Transferências Remetidas.		-324.797.115	-187.764.717

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	71.692.571	44.023.351
4.01.01	Resultado do Exercício Ajustado	56.197.237	43.952.600
4.01.01.01	Superávit do Exercício	36.642.241	29.539.389
4.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	15.087.053	12.245.452
4.01.01.03	Amortização do Intangível	45.161	77.079
4.01.01.04	Provisão Créditos de Liquidez Duvidosa	4.422.778	2.090.680
4.01.01.05	Ajuste de Avaliação Patrimonial	3	0
4.01.02	(Aumento) Redução Ativos Circulantes e Realizável LP	-8.589.055	-1.376.631
4.01.02.01	Contas a Receber	-7.530.064	-2.216.024
4.01.02.02	Estoques	-165.241	37.058
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	-970.066	770.317
4.01.02.04	Realizável a Longo Prazo	76.317	32.018
4.01.03	Aumento (Redução) Passivos Circulantes e Exigível LP	24.084.389	1.447.382
4.01.03.01	Contas a Pagar	18.267.432	926.756
4.01.03.02	Provisões	-564.171	-1.530.314
4.01.03.03	Fundos em Confiança	34.744	-70.562
4.01.03.04	Receitas Antecipadas	-476.609	-138.497
4.01.03.05	Exigível a Longo Prazo	6.822.993	2.260.000
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-79.518.644	-47.730.503
4.02.01	(Acréscimo) Redução nos Investimentos	-79.518.644	-47.730.503
4.02.01.01	Imobilizado	-79.423.010	-47.718.591
4.02.01.02	Intangível	-95.634	-11.912
4.04	Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	-7.826.073	-3.707.152
4.04.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.953.453	23.660.606
4.04.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.127.381	19.953.453

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Código	Descrição	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajuste Aval. Patrimonial	Superávit (Déficit)	Patrimônio Líquido
5.00	Saldo Inicial em 31 dezembro de 2017	260.961.567	4.865.033	0	0	265.826.599
5.01.01	Superávit/Déficit do Período				29.539.389	29.539.389
5.01.02	Recursos de Outra Reservas	4.391.848	-4.391.848			0
5.01.03	Recursos de Superávit	29.539.389			-29.539.389	0
5.01	Saldo em 31 dezembro de 2018	294.892.804	473.185	0	0	295.365.988
5.02.01	Superávit/Déficit do Período				36.642.241	36.642.241
5.02.02	Recursos de Outra Reservas	-160.575	160.575			0
5.02.03	Recursos de Superávit	36.642.241			-36.642.241	0
5.02.04	Ajuste Imobilizado				3	3
5.02	Saldo Final em 31 dezembro de 2019	331.374.470	633.760	3	0	332.008.233

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, denominada nas demonstrações como Instituição, é uma associação de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativo, de natureza jurídica filantrópica, instituída pela Organização da Igreja Adventista do Sétimo dia, e tem por objetivos e propósitos estatutários a promoção da educação em todos os seus níveis, com atuação nos estados do Paraná e Santa Catarina, nas cidades dos estabelecimentos educacionais relacionados nas páginas 03 a 07. Com atividade preponderante na área de Educação, seguindo os ditames do artigo 13 da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013. Possui título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 35.672 de 20/01/1961 e título de Utilidade Pública Municipal em Curitiba/PR, conforme Decreto nº 4.367 de 21/09/1972. A entidade tem registro no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba, Conselho Municipal do Idoso e da Criança e do Adolescente e com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação - CEBAS, registrado no Ministério da Educação, sendo sua renovação processada sob número 23.000.030914/2017-57, o qual encontra-se em fase de análise no Ministério da Educação. Ainda, em 18 de dezembro de 2018 fora protocolado novo Requerimento de Renovação do Certificado, que está sob análise no processo nº 2300.00041125.2018.22.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 R1 aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da Instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Período - DRP; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.

A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.

03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

03.4 Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços educacionais no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

03.6 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

03.7 Despesas Antecipadas: É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços.

03.8 Imobilizado: O valor justo apurado dos ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas a seguir e



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Instalações	5%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Veículos	25%
Biblioteca	10%
Softwares	33,33%

03.9 Contas a Pagar: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.10 Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

03.11 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.12 Reconhecimento das Receitas: A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

- o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.

03.13 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

03.14 Eventos Subsequentes: A Instituição não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

NOTA 04 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Contas a Receber	31/12/2019	31/12/2018
Clientes	1.005.939	606.922
Serviços Educacionais a Receber	28.015.520	23.889.806
Adiantamentos a Pessoal	2.888.944	2.791.148
Entidades Congêneres a Receber	4.035.637	1.446.244
Impostos a Recuperar	15.923	15.545
Outros Créditos	4.413.956	4.096.191
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	-21.005.636	-16.582.858
Total a Receber Líquido	19.370.283	16.262.997

NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Contas a Receber – Valor referente a contas a receber com previsão para realização após o término do exercício seguinte

b) Depósito Judicial – Valor referente a um depósito judicial com previsão para realização após o término do exercício seguinte.

Realizável a Longo Prazo	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a Pessoal a Longo Prazo	0	59.575
Outros Créditos a Longo Prazo	234.429	251.171
Total a Realizável a Longo Prazo	234.429	310.746



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

- a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Imobilizado	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Veículos	Outros	Total
Saldos 1º de janeiro 2018	46.044.718	140.407.259	1.650.577	10.442.597	6.258.440	4.006.649	147.139	45.564.829	254.522.209
Aquisições e Baixas	11.278.847	10.411.859	74.497	3.662.939	1.505.280	1.491.490	35.471	19.258.207	47.718.591
Depreciações	0	(7.797.682)	(100.996)	(1.632.516)	(957.435)	(1.645.519)	(60.820)	(50.485)	(12.245.452)
Saldos 31 de dezembro 2018	57.323.565	143.021.436	1.624.079	12.473.020	6.806.286	3.852.620	121.791	64.772.551	289.995.348
Custo do Imobilizado	57.323.565	205.044.855	2.143.506	21.814.891	13.895.423	14.695.285	656.439	65.181.221	380.755.186
Depreciação Acumulada	0	(62.023.420)	(519.427)	(9.341.871)	(7.089.137)	(10.842.665)	(534.648)	(408.670)	(90.759.837)
Valor Residual	57.323.565	143.021.436	1.624.079	12.473.020	6.806.286	3.852.620	121.791	64.772.551	289.995.348
Saldos 1º de janeiro 2019	57.323.565	143.021.436	1.624.079	12.473.020	6.806.286	3.852.620	121.791	64.772.551	289.995.348
Aquisições e Baixas	2.049.508	45.862.766	501.552	4.574.408	1.943.308	2.688.614	135.195	21.667.659	79.423.010
Depreciações	0	(9.378.032)	(187.004)	(2.168.778)	(1.246.245)	(1.908.252)	(26.340)	(172.402)	(15.087.053)
Saldos 31 de dezembro 2019	59.373.073	179.506.170	1.938.627	14.878.650	7.503.349	4.632.983	230.646	86.267.808	354.331.305
Custo do Imobilizado	59.373.073	250.907.622	2.645.058	26.389.299	15.838.731	17.383.899	791.634	86.848.879	460.178.196
Depreciação Acumulada	0	(71.401.452)	(706.431)	(11.510.649)	(8.335.382)	(12.750.917)	(560.989)	(581.071)	(105.846.890)
Valor Residual	59.373.073	179.506.170	1.938.627	14.878.650	7.503.349	4.632.983	230.646	86.267.808	354.331.305

- b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.

Intangível	Softwares	Total
Saldos 1º de janeiro 2018	118.476	118.476
Aquisições	11.912	11.912
Amortizações	(77.079)	(77.079)
Saldos 31 de dezembro 2018	53.309	53.309
Custo do Intangível	364.846	364.846
Amortização Acumulada	(311.537)	(311.537)
Valor Residual	53.309	53.309
Saldos 1º de janeiro 2019	53.309	53.309
Aquisições	95.634	95.634
Amortizações	(45.161)	(45.161)
Saldos 31 de dezembro 2019	103.781	103.781
Custo do Intangível	460.479	460.479
Amortização Acumulada	(356.698)	(356.698)
Valor Residual	103.781	103.781



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de Materiais e Serviços	9.604.824	3.213.444
Obrigações Tributárias	66.175	47.318
Obrigações Trabalhistas	3.085.451	2.489.282
Obrigações com Empregados	5.351.339	4.710.282
Entidades Congêneres a Pagar	13.700.298	2.991.719
Outras Contas a Pagar	615.977	704.586
Total a Pagar Líquido	32.424.064	14.156.632

NOTA 08 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Os itens que compõe o saldo do exigível a longo prazo estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Passivo Não Circulante	31/12/2019	31/12/2018
Exigível a Longo Prazo		
Entidades Congêneres a Longo Prazo	4.963.333	2.875.000
Outras Obrigações a Longo Prazo	5.244.659	510.000
Total Exigível a Longo Prazo	10.207.992	3.385.000

NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2019, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos encontram-se registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2019. Para o exercício de 2020 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.

NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2019:

Provisões	31/12/2019	31/12/2018
Provisões Trabalhistas	2.911.912	3.022.212
Provisões Judiciais e Cíveis	579.506	638.287
Provisões para Contingências	425.000	820.090
Total de Provisões	3.916.418	4.480.588

NOTA 13 - RECEITAS

A Receita Bruta Operacional corresponde ao montante de receitas da atividade preponderante da instituição conforme descrito no artigo 14, I, do Estatuto Social e é formada pelos seguintes grupos:

- Receitas de Mensalidade dos Alunos Pagantes (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999 e lei nº 9.394/1996;
- Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999, lei nº 9.394/96 e Art. 31 do Decreto nº 8.242/2014)
- Deduções: Descontos Incondicionais; Bolsas de Estudos Concedidas, Dissídios Coletivos e Devoluções de Serviços Recebidos. (Artigo 187 Lei nº 6.404/1976);
- Doações, Subvenções (ITG 2002) e Outros Serviços Educacionais referentes a Serviço de Secretaria e Cursos Livres.

NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Outras Receitas	31/12/2019	31/12/2018
Contas Reavidas	63.744	109.582
Depósitos Bancários Não Identificados	197.913	162.442
Reversões de Provisões	2.066.417	4.856.938
Outras Receitas Não Recorrentes	801.232	728.204
Total de Outras Receitas	3.129.306	5.857.165
Outras Despesas	31/12/2019	31/12/2018
Contas Incobráveis	146.704	2.040.839
Despesas de Exercícios Anteriores	64.214	31.279
Outras Despesas Não Recorrentes	660.980	777.284
Total de Outras Despesas	871.898	2.849.402

NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício foi elaborada de acordo com o artigo 187 da lei nº 6.404/1976 atualizado pela Lei nº 11.941/2009.



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

O superávit do exercício de 2018 e 2019 foram incorporados ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de vida e contra acidentes pessoais e seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

NOTA 17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em virtude da Instituição ser sem fins lucrativos, e por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, a entidade goza de imunidade à incidência dos impostos federais, estaduais e municipais tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

NOTA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2019 e 2018.

NOTA 19 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

a) Contribuição Previdenciária para o INSS

Conforme o Art. 29 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições previdenciárias de que tratam os Art. 22 e 23 da lei nº 8.212/1991.

A seguir demonstraremos as contribuições sociais usufruídas:

Descrição	Sustentáveis	Educação	Total
Folha de Salários - 20%	1.194.788	19.051.138	20.245.926
Serviços de Autônomos e Individuais - 20%	29.691	219.810	249.500
Terceiros (4,5% - Educação)	268.817	4.286.386	4.555.203
RAT/SAT(1%, 2% ou 3%)	66.168	1.353.958	1.420.126
Total	1.559.465	24.911.291	26.470.756

Nota: * O RAT pode variar de 1% a 3%, dependendo do grau de risco de cada Entidade.

Nota: ** Algumas entidades podem ter o percentual de terceiros de 4,5%.



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

b) PIS/PASEP e COFINS

Em relação a contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei 9.532/97 que trata o Art. 13 Medida Provisória 2.158-35/2001, a Instituição possui isenção com base no Processo número 2005.70.00.011625-7 que transitou em julgado em 01 de julho de 2014, e goza do benefício por não incidência da COFINS sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com a Lei 9.178/98

c) Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL

Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem “lucro” conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência por ausência de base de cálculo. Vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com lucro. Entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro. A Contribuição Social é isenta conforme o Decreto 76.186/75 e os artigos 178 e 184 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR, aprovado pelo Decreto 9.580 de 2018.

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

Conforme determinação do Art. 40 da Lei nº 12.101/09, alterada pela lei nº 12.868/2013 e o Decreto nº 8.242/2014 a Instituição já procedeu com o recadastramento no Ministério da Educação, pelo site do SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) e no E-MEC.

Os serviços de educação desenvolvidos pela Instituição são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) em adequação com a Lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9.394/1996) nas quais está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, alterada pela lei nº 12.868/2013 (Educação Básica) e Decreto nº 8.242 de 2014, a instituição deve conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- a) Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes da educação básica;
- b) Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;
- c) Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

Educação Básica	Qtde* 2019	Qtde* 2018
Alunos Matriculados	27.895	26.572
Alunos com Bolsa Funcional (100%)	752	0
Alunos com Bolsa Integral - (Lei 12.101/2009)	3.366	3.330
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Bolsa Funcional (-) Alunos Bolsa Integral]	23.777	23.242
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 9) [Alunos Pagantes / 9]	2.642	2.582
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 9) [Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral]	724	748

Educação Básica	Qtde* 2019	Qtde* 2018
Alunos Necessários (Proporção 1 para 5) [Alunos Pagantes / 5]	4.755	4.648
Alunos com Bolsa Integral	3.366	3.330
Saldo Excedente de Alunos (Proporção 1 para 5) [Alunos com Bolsa Integral (-) Alunos Necessários 1 para 5]	-1.389	-1.318
Alunos com Bolsa Parcial 50% - (Lei 12.101/2009)	3.706	3.763
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 5) [(Alunos com Bolsa Parcial / 2)+Saldo Excedente Bolsas Integrais]	464	563

(*) Quantidades no Final do Ano Letivo 2019 e 2018

(**) Os alunos bolsistas se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009

(***) Não foram excluídos os inadimplentes das quantidades.

I - A instituição concedeu 724 (setecentos e vinte e quatro) Bolsas Integrais em 2019 e 748 (setecentos e quarenta e oito) Bolsas Integrais em 2018 a mais do que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 9 (nove) alunos pagantes.

II – A instituição concedeu 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) Bolsas Parciais de 50% em 2019 e 563 (quinhentos e sessenta e três) Bolsas Parciais de 50% em 2018 a mais que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de uma Bolsa Integral para cada 5(cinco) alunos pagantes.



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

NOTA 22 - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Instituição não firmou convênio com o Programa Universidade para Todos – PROUNI em 2019, de acordo com a Lei nº 11.096 de 2005, onde a regra é conceder bolsa integral para 1 (um) aluno de cada 9 (nove) alunos pagantes.

A Instituição, em observância ao artigo 13-B da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, para fins de concessão e de renovação da certificação, a entidade que atua na Educação Superior que não aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, na forma do caput do Artigo 11 da Lei nº 11.096 de 2005, deverá atender às condições previstas no artigo 13-B da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, que regulamenta que a Instituição deve conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- a) Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes no Ensino Superior;
- b) Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes no Ensino Superior;
- c) Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

Educação Superior	Qtde* 2019	Qtde* 2018
Alunos Matriculados da Graduação	585	567
Alunos com Bolsa Integral - (Lei 12.101/2009)	87	71
Alunos Inadimplentes	0	88
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Inadimplentes (-) Alunos com Bolsa Integral]	498	408
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 9) [Alunos Pagantes / 9]	55	45
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 9) [Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral]	32	26

Educação Superior	Qtde* 2019	Qtde* 2018
Alunos Necessários (Proporção 1 para 4) [Alunos Pagantes / 4]	125	102
Alunos com Bolsa Integral	87	71
Saldo Excedente de Alunos (Proporção 1 para 4) [Alunos com Bolsa Integral (-) Alunos Necessários 1 para 4]	-38	-31
Alunos com Bolsa Parcial 50% - (Lei 12.101/2009)	88	62
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 4) [(Alunos com Bolsa Parcial / 2)+Saldo Excedente Bolsas Integrais]	7	0

Curitiba, 31 de dezembro de 2019.

Arnaldo Andrade de Oliveira Lana

Contador

CRC/RS 050929/O-5 T-PR



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria da
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO
Curitiba – PR

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



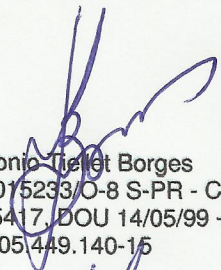
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

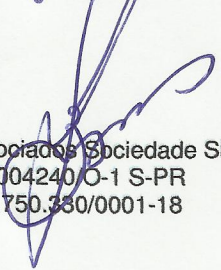
6. OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 29 de abril de 2019, o qual não conteve qualquer modificação.

Porto Alegre, 23 de abril de 2020



Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 S-PR - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722
CPF 005.449.140-15



TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1 S-PR
CNPJ 05.750.330/0001-18



DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declara que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.

Curitiba, 30 de abril de 2020.


Marlington Souza Lopes
Presidente


Charles Edson Rampanelli
Diretor


Volnei Porto
Administrador